

Coluna do CPDoc

Criminalidade: educar ou punir? (II)

Em pesquisa desenvolvida recentemente no CPDoc, a Dra. Jacira Jacinto da Silva* investiga as causas da criminalidade e os melhores caminhos para sua solução, com abordagem prática e realista. Como resultado deste trabalho, ela acaba de lançar o livro *Criminalidade: educar ou punir* (Edições CPDoc), que busca responder às questões referentes ao tema, com base na ciência do Direito e no Espiritismo.

Esta é a segunda parte de entrevista prestada a José Rodrigues** especialmente para esta coluna.

José Rodrigues – Droga e alcoolismo são recorrentes na base de crimes e condenações penais. Ao lado de tendências espirituais que podem existir nesses casos, fatores como permissividades legais e um ‘ambiente’ favorável da sociedade têm algum peso naqueles desfechos?

Jacira Jacinto da Silva – *No meu ponto de vista, sim. Constato com tristeza entre parentes e amigos que os pais, através da influência do ambiente, ensinam os filhos a ingerir bebida alcoólica. Mas é bom lembrar a advertência do jornalista Gilberto Dimenstein de que o álcool e as drogas não são causa da criminalidade, mas consequência da marginalidade.*

JR – Fatores genéticos ou hereditários, além de psicológicos, contribuem para a atuação do espírito na sociedade?

JJS – *Pouco posso contribuir para a evolução deste entendimento, mas há quem defenda as tendências hereditárias para o alcoolismo, por exemplo. Penso que o meio desempenha um papel fundamental, cabendo à sociedade desenvolver mecanismos para encaminhar os doentes do corpo e da alma, proporcionando oportunidade de aprendizado e crescimento. Particularmente, tendo a pensar que nossas viciações decorrem muito mais da nossa inferioridade intelectual e moral do que dos fatores genéticos, pois o espírito se compraz com aquilo que lhe agrada.*

JR – No âmbito de presos e presídios denunciam-se violências, poder de líderes, corrupção, superlotações. O Estado e corporações privadas parecem estar envolvidos nessas tramas. Em termos reais, como chegar ao aparato prisional de forma a humanizá-lo, transformá-lo em elemento de reeducação dos contingentes apenados?

JJS – *É imprescindível que o Estado se conscientize do seu papel de aplicar a pena com o objetivo de devolver o condenado à sociedade em condições melhores. Temo, no entanto, que demorem muito para atingir este objetivo. Todo um trabalho de qualificação dos seus agentes*

levaria o Estado a desenvolver políticas diversas, que produzissem resultado efetivo. É triste afirmar, mas o sistema custoso e arcaico que se adota ainda no Brasil não contribui em nada, a não ser para alijar o sujeito do meio social.

JR – O Espiritismo, como filosofia em torno do espírito, tem condições de contribuir para uma nova visão sobre a pessoa que é levada ao tribunal e vir a ser julgada sob parâmetros de vidas sucessivas?

JJS – *Prefiro me referir à Filosofia Kardecista, já que o espiritismo que conhecemos se afastou dos seus postulados básicos. Sem dúvida nenhuma, saber que o acusado é um ser imortal, perfectível e que possui ferramentas para mudar o rumo das coisas a qualquer momento, em razão do livre arbítrio, aprimorando seu entendimento das coisas, faz muita diferença. Quem cometeu um crime e está sendo julgado é só um ser em processo de evolução, que como nós comete equívocos e necessita de oportunidade para entender a inconveniência da sua atitude e dar outro encaminhamento à vida.*

JR – A experiência de Birigüi (SP), ao criar a Associação de Proteção e Assistência Cacerária (APAC), narrada em seu livro, pode ser repetida em outras cidades, como resultado das reuniões de pessoas de fora da organização do Estado? Como este ente encara essas iniciativas?

JJS – *Entendo que sim; a comunidade precisa conhecer os seus problemas. Nosso trabalho não foi a primeira experiência desta natureza; tendo se baseado em outros semelhantes que têm o mesmo objetivo. Entrar no presídio e conversar com os encarcerados faz a gente constatar que aquelas pessoas são exatamente como nós; têm sentimentos melhores e piores e necessidades muito semelhantes. O melhor é constatar que elas respondem positivamente às nossas iniciativas de aproximação. A experiência no presídio e no bairro de periferia me fez ver que o investimento no ser humano vale a pena, pois a resposta é sempre positiva.*

Os interessados nesta e em outras pesquisas do CPDoc, os trabalhos publicados, os eventos que promove e outras informações, pode acessar o *site* <http://geocities.yahoo.com.br/cpdocespirita>. Contatos diretos podem ser feitos através do e-mail cpdocspirita@yahoo.com.br.

** Jacira Jacinto da Silva é juíza da 3ª. Vara Cível de Bragança Paulista (SP), presidenta da CEPAmigos e participante do CPDoc.*

*** José Rodrigues é jornalista.*